

**A QUESTÃO ORTOGRÁFICA
NA GRAMÁTICA DA LINGUAGEM PORTUGUESA (1536),
DE FERNÃO DE OLIVEIRA¹**

Maurício Silva (USP e UNINOVE)
maurisil@gmail.com

RESUMO

O presente artigo tem o propósito de analisar a constituição da ortografia portuguesa a partir das observações feitas por Fernão de Oliveira em sua *Gramática da Língua Portuguesa* (1536), destacando os procedimentos gráficos e fonológicos propostos pelo autor, com a finalidade de estabelecer uma norma gráfica para a língua portuguesa.

Palavras-chave: Língua Portuguesa. Ortografia. Fernão de Oliveira. Gramaticografia.

A história do estudo da linguagem humana, no mundo ocidental, coincide, em muitos sentidos, com a história da elaboração das gramáticas dos idiomas que constituem nossa tradição linguística. Assim, da Grécia antiga aos dias atuais, é possível perceber uma relativa simetria entre o desenvolvimento de um cabedal cada vez mais amplo de especulações linguísticas e a formalização de um conjunto de regras prescritivas – o que foi, com efeito, a gramática antiga –, o qual, de certo modo, espelhava esse desenvolvimento, fazendo com que a produção de gramáticas das línguas vernáculas fosse, portanto, diretamente proporcional à evolução do ideário linguístico ocidental.

Desse modo, numa perspectiva histórica, pode-se dizer que desde Aristóteles já se assistia ao embate, ainda iminente, entre concepções di-

¹ Publicado anteriormente em *Revista Alfa*, Universidade Estadual Paulista (Unesp), São José do Rio Preto, Vol. 50, No. 01: 23-38, 2006.

versas das funções da linguagem, as quais levariam, na Roma imperial, à consideração da gramática como uma típica *ars recte loquendi* (Cf. STEFANINI, 1994). Na Idade Média, chegou-se, a partir dessa consideração, à dicotomia entre uma gramática fundamentalmente “pedagógica”, tendo como modelo a obra de Donato, e uma gramática essencialmente normativa, inspirada em Prisciano. Mas é mesmo a partir da Era Moderna, em particular do Renascimento, que se pode falar num processo de gramatização mais consistente, o que redundaria numa distinção mais funcional entre os conceitos de normativismo e descritivismo.²

É ainda no Renascimento que as línguas vernáculas começam a adquirir a mesma importância que o latim, seja por meio de trabalhos esporádicos e não gramaticais a respeito da linguagem (como o *De Vulgari Eloquentia*, de Dante Aleghieri), seja por intermédio de obras de estudiosos da língua (como a *Gramática de la Lengua Castellana*, de Antonio de Nebrija). Particularmente no que se refere à língua portuguesa, a primeira gramática de que se tem notícia foi a de Fernão de Oliveira, com sua *Gramática da Linguagem Portuguesa* (1536), a qual já foi definida uma vez como “um conjunto de curiosas reflexões, de tipo ensaístico (...), uma miscelânea linguística e cultural” (BUESCU, 1984, p. 15). Nessa época também, a ortografia já conquistara uma relativa importância no âmbito dos estudos gramaticais (ao lado da Fonética, da Morfologia e da Sintaxe), sendo que, em Portugal, o mesmo Fernão de Oliveira, por meio de sua obra, foi o primeiro gramático da língua portuguesa a realizar uma tentativa parcialmente frustrada de reforma e unificação da grafia vernácula, inaugurando uma linhagem de ortógrafos que perdura – com maior ímpeto e vigor combativo – até os dias atuais.³

A intenção desse trabalho é analisar a referida obra de Fernão de Oliveira, sob o ponto de vista histórico e linguístico, explorando suas reflexões acerca da ortografia da língua portuguesa, a fim de destacar as soluções gráficas encontradas pelo autor, bem como esclarecer a original nomenclatura gramatical difundida por sua obra durante o século XVI, a qual seria ora adotada, ora contestada por outros gramáticos do mesmo período.

² Cf. Auroux (1992). Para a ocorrência, durante o Renascimento, das perspectivas normativista e descritivista, a conformar as gramáticas modernas, consultar Mattos e Silva (1997 e 2000).

³ Cf. Burney (1962). A rigor, contudo, não se pode considerar Fernão de Oliveira o primeiro *ortografista* da língua portuguesa, posição ocupada por Pero de Magalhães Gandavo, com suas *Regras que ensinam a maneira de escrever a ortografia da lingua portuguesa* (VASCONCELOS, 1933).

Partindo da hipótese de que – no que concerne à ortografia – Fernão de Oliveira se situa no intervalo entre a *tradição* e a *inovação*, exprimindo um dilema que só poderia ser equacionado por intermédio de propostas ousadas para a resolução dos problemas gráficos, pode-se afirmar que sua gramática rejeita parcialmente uma longa tradição linguística – representada pela gramática latina –, buscando conciliar a necessidade de afirmação da autonomia da língua portuguesa e de manutenção da consciência de sua origem distinta, imprimindo assim uma marca bastante pessoal em suas considerações linguísticas.

É por isso que, apesar da evidente filiação de sua gramática, de um lado, às obras latinas do mesmo gênero e, de outro lado, da já citada gramática de Nebrija, Fernão de Oliveira faz uma obstinada apologia da língua portuguesa, procurando desvincular-se definitivamente tanto desses modelos tradicionais quanto de outros mais próximos, como o galego, o qual, por sua vez, se mantinha naturalmente mais ligado ao castelhano, com quem estabelecia uma relação de dependência política.⁴

Exemplos vários do discurso encomiástico promovido pelo Fernão de Oliveira podem ser facilmente verificados ao longo de sua obra, como nos revela o já bastante citado trecho abaixo transcrito:

O estado da fortuna pode conceder ou tirar favor aos estudos liberais e esses estudos fazem mais durar a glória da terra em que florescem. Porque Grécia e Roma só por isto ainda vivem, porque quando senhoreavam o Mundo mandaram a todas as gentes a eles sujeitas aprender suas línguas e em elas escreviam muitas boas doutrinas, e não somente o que entendiam escreviam nelas, mas também trasladavam para elas todo o bom que liam em outras. E desta feição nos obrigaram a que ainda agora trabalhemos em aprender e apurar o seu, esquecendo-nos do nosso. Não façamos assim, mas tornemos sobre nós agora que é tempo e somos senhores, porque melhor é que ensinemos a Guiné que sejamos ensinados de Roma (OLIVEIRA, 1975, p. 42).

O tom de exortação presente neste excerto não deve causar estranheza, numa época de autoafirmação das novas potências ibéricas frente à tradição escolástica do latim. Trata-se, como se sabe, de um período em que os vernáculos neolatinos adquirem autonomia plena, afirmando-se como línguas independentes. Desse modo, a obra de Fernão de Oliveira não estaria imune a uma leitura ideologizada, uma vez que o próprio au-

⁴ Para as gramáticas latinas e espanhola como modelo de Fernão de Oliveira, consultar Fávero (1996) e Bastos (1981). Para a tentativa de diferenciação com o galego, cuja ortografia permanecerá por muito tempo mais arcaica que a portuguesa, consultar Schlieben-Lange (1993, p. 201-216) e D'Azevedo (1897-1899, p. 261-268)

tor reconhece a imposição do grego e do latim às civilizações conquistadas, quando os povos que esses idiomas representam “senhoreavam o Mundo [e] mandaram a todas as gentes a eles sujeitas aprender suas línguas”. Para Fernão de Oliveira, é mais do que uma questão de justiça perante Portugal que, agora, se coloca como nação preponderante no cenário europeu, mas principalmente trata-se de uma questão de valorização de um idioma que necessita urgentemente ser estudado, esquadrihado e gramaticalmente consolidado.

Nesse sentido, seu discurso encomiástico, de fundo nacionalista, apresenta também uma vertente pedagógica, a partir da qual Fernão de Oliveira exorta seus pares a se envolver no trabalho de ensino e de expansão da língua portuguesa:

...e não desconfiemos da nossa língua porque os homens fazem a língua, e não a língua os homens. E é manifesto que as línguas grega e latina primeiro foram grosseiras e os homens as puseram na perfeição que agora têm (...) apliquemos nosso trabalho a nossa língua e gente e ficará com maior eternidade a memória dele e não trabalhemos em língua estrangeira, mas apuremos tanto a nossa com boas doutrinas, que a possamos ensinar a muitas outras gentes e sempre seremos delas louvados e amados. (OLIVEIRA, p. 43/45)

Posturas apologéticas como estas, presentes ao longo da gramática de Fernão de Oliveira, adquirem sentido pleno, como sugerimos, num período de particular projeção para Portugal, cujo Renascimento adquire uma instigante especificidade.⁵

É preciso lembrar, contudo, que, como sugere Peter Burke, apesar da valorização das línguas vernáculas pelos gramáticos renascentistas, na mesma época intelectuais europeus defendiam o uso do latim, apontando, portanto, para a manutenção da tradição latina (Cf. BURKE, 1995), o que aliás é possível de se verificar – como já sugerimos – na própria gramática de Fernão de Oliveira, cuja principal referência linguística parece ser ainda a célebre *Techné Grammatiké* de Dionísio Trácio. Por isso, se por um lado os gramáticos renascentistas, particularmente os portugueses, procuram apresentar conceitos inovadores em relação à língua portuguesa, por outro lado, não rejeitam completamente o legado latino, como já salientou Buescu: “o latim, prestigioso modelo, antepassado venerável é, para eles [os gramáticos portugueses], irreversivelmente, uma língua morta, cuja herança os seus descendentes directos não enjeitam, mas, a partir da qual, reinvestem e transformam”. (BUESCU, 1998, p. 15-31)

⁵ Cf. Carvalho (1980). Para a apologia da língua portuguesa em Fernão de Oliveira, consultar Buescu (1984) e Batista (2002, p. 53-61).

Para além da problemática das fontes e influências na gramática de Fernão de Oliveira – para empregar uma terminologia comparatista – ou do discurso encomiástico, de clara intenção litigiosa, que subjaz à sua inquietação pedagógica, avulta toda uma preocupação técnica, que se manifesta como um agrupamento de definições preliminares de diversos componentes da gramática da língua portuguesa, os quais poderiam ser tomados como um conjunto conceitual linguístico preliminar.

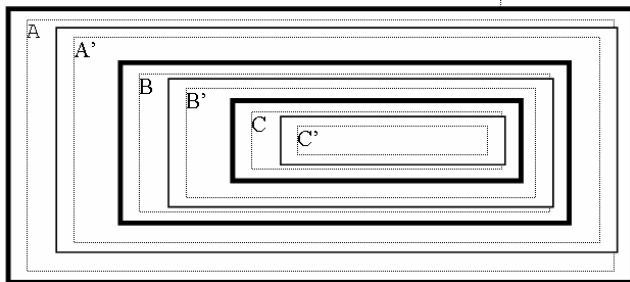
Dividindo a primeira parte de sua gramática, na mais pura tradição latina, em três itens: letras, sílabas e vozes, o autor já manifesta, de início, seu evidente pendor para as considerações de natureza fonético-fonológica, buscando refinar sua definição na exposição de cada um destes componentes gramaticais.

Assim, tratando do primeiro deles, o gramático português afirma que “letra é a figura de voz. Estas, dividimos em consoantes e vogais. As vogais têm em si voz, e as consoantes não, senão junto com as vogais” (OLIVEIRA, 1975, p. 46). Comentando esta curiosa passagem da gramática lusitana, Leonor Lopes Fávero lembra que, para Fernão Lopes, o conceito de *letra* refere-se a “unidades fônicas e sua representação gráfica”, como aliás faziam os latinos com seu conceito de *littera*, devendo-se, nesse sentido, distingui-lo dos conceitos de *figura* ou *senal* (representação gráfica pura) e de *pronúnciação* (unidade fônica pura) (FÁVERO, 1997). Talvez a principal ressalva que se possa fazer acerca desse comentário diga respeito à classificação da pronúnciação como sendo *unidade* fônica, quando na verdade parece tratar-se de *representação* fônica, uma vez que o primeiro termo caberia melhor para definir o conceito de voz.

Com efeito, embora Fernão de Oliveira não seja explícito no que considera como sendo voz, é fácil inferir por suas observações tratar-se da unidade sonora, da competência acústica das letras, no sentido saussuriano e, portanto, mais abstrato, de imagem acústica. Nesse esquema, a concretização físico-fisiológica da voz ficaria a cargo da *pronúnciação*, onde, para Fernão de Oliveira, a voz adquire real concretude, razão pela qual o gramático quinhentista afirma que as consoantes não possuem voz, mas podem ser *pronúnciadas* ao lado de uma vogal. De fato, ao que parece, o conceito de voz teria sido retirado da tradição medieval da gramática modista, segundo a qual a voz representava um *significante*, mas não necessariamente um *significado*, já que, para a Idade Média, a faculdade simbólica (*ratio signandi*) era constituída – à maneira de Saussure – por um conceito e por uma imagem acústica, a esta última cabendo a denominação de *vox*. (Cf. STEFANINI, 1994)

Definindo, em seguida, a sílaba, Fernão de Oliveira afirma que “*sílaba* é uma só voz, formada com letra ou letras, a qual pode significar por si ou ser parte de dicção, e assim as vogais, ainda que sejam em ditongo, podem fazer sílaba sem outra ajuda, e as consoantes não, senão misturadas com as vogais” (OLIVEIRA, 1975, p. 46). Novamente, ressalta na concepção de sílaba o caráter abstrato do conceito de voz, o qual possuiria, de acordo com sua exposição, uma mesma imagem acústica para duas ou mais letras. Ao definir sinal, por sua vez, afirma Fernão de Oliveira: “às figuras [das] letras chamam os Gregos caracteres, e os Latinos, notas, e nós lhe podemos chamar sinais. Os quais hão de ser tantos como as pronúncias” (OLIVEIRA, 1975, p. 46).

Diante de um quadro tão complexo – em que, inclusive, Fernão de Oliveira parece confundir tradições gramaticais distintas, como a dos estoicos gregos e dos modistas romanos – é necessário refazer o percurso, a fim de tentar melhor compreender sua exposição. Adotando uma forma esquemática, podemos sugerir a seguinte divisão: para uma voz (*vox*), corresponde uma pronúnciação; para uma letra (*littera*), corresponde um sinal. Voz e letra juntam-se, por fim, para formar a linguagem, figurada, segundo Fernão de Oliveira, pelo entendimento. Verifiquemos o esquema abaixo, em que A corresponde ao entendimento, B corresponde à voz e C corresponde à letra; do mesmo modo, A’ corresponde à linguagem, B’ corresponde à pronúnciação, C’ corresponde ao sinal:



Enquanto que A, B e C estariam num âmbito da abstração, A’, B’ e C’ estariam num âmbito da concretude. Assim, resumidamente, para Fernão de Oliveira, o *entendimento* possui uma *linguagem*, por meio da qual ele se realiza (“figura”) concretamente; a linguagem contém, por sua vez, a *voz*, que para se realizar depende da *pronúnciação*, a qual não é senão a representação fônica da mesma voz; possui também a *letra*, representada graficamente pelo *sinal*. Por isso, segundo o gramático lusita-

no, enquanto as consoantes não possuem voz (mas possuem sinal), as vogais não têm letras correspondentes suficientes:

não diremos logo que temos as mesmas letras nem tantas como os Latinos, mas temos tantas figuras como eles e quase as mesmas ou imitação delas. E, contudo, não deixa de haver falta nesta parte, porque as nossas vozes requerem que tenhamos trinta e duas ou trinta e três letras. (OLIVEIRA, 1975k p. 47)

A partir dos conceitos aqui expostos, pode-se ter uma ideia mais precisa do tratamento dado por Fernão de Oliveira à ortografia da língua portuguesa.

A história da ortografia portuguesa – melhor dizendo, de sua sistematização e aprofundamento analítico – inicia-se no século XVI, para em seguida conhecer intermináveis propostas de reforma, unificação e transformação, movimento que atinge o paroxismo no século XX.⁶ Fernão de Oliveira assume, nesse contexto, um papel preponderante, seja pelo valor inaugural que suas anotações possuem, seja pela minúcia e perspicácia com que trata do problema ortográfico do português, seja ainda pela originalidade de seus achados para algumas questões que – até os dias atuais – ainda persistem sem solução consensual.

É o que se percebe quando analisamos, mais a fundo, o tratamento dado às letras que, segundo o autor, compõem o alfabeto português. Para o gramático lusitano, nosso alfabeto é composto de 33 letras, entre vogais e consoantes: “no nosso *a b c* há aí trinta e três letras, todas nossas e necessárias para nossa língua, das quais oito são vogais (...) e vinte e quatro consoantes” (OLIVEIRA, 1975, p. 48). O fato de a soma das partes não condizer com o todo – já que oito mais vinte e quatro resulta em 32 – deve-se à consideração, por Fernão de Oliveira, no cômputo final, do *h*, que no seu esquema ortográfico funciona ora como letra, ora como sinal de aspiração. Evidentemente, tal fato deve-se, a nosso ver, menos a uma inovação metodológica do que a uma desatenção aritmética, já que mais adiante ele vai propor a ocorrência, em português, de dois sinais gráficos: o de abreviatura (~) e o de aspiração (h), não havendo razão para o autor somar este último ao seu quadro consonantal composto, antes, de vinte e quatro unidades.

A despeito desse lapso, sua gramática apresenta aquela que pode

⁶ Para a questão ortográfica do português no século XX, consultar Estrela (s.d.), Houaiss (1991) e Silva (2001).

ser considerada – do ponto de vista estritamente ortográfico – sua maior inovação: a proposição de três novos sinais gráficos para representar as oito vogais do português, já que, segundo constata, nosso idioma possui oito vozes vocálicas, mas apenas cinco figuras. Daí propor a divisão do sistema vocálico português em vogais grandes (abertas) e vogais pequenas (fechadas), com exceção do *i* e do *u*, cuja pronúncia é única. Não bastasse essa divisão, Fernão de Oliveira propõe também a adoção de uma nova grafia, por meio da qual as vogais abertas pudessem aparecer sob outra constituição gráfica: respectivamente α (em oposição ao *a* fechado), ε (em oposição ao *e* fechado) e ω (em oposição ao *o* fechado).

Assim, teríamos ao final o seguinte quadro, resultante de suas inovações ortográficas:

voz./ pronúnciação	letra / sinal
a	A
á	α
e	E
é	ε
i	I
o	o
ó	ω
u	u

O quadro, por si só, já nos revela a criatividade e ousadia de Fernão de Oliveira no que diz respeito à ortografia do português. Não contente com essa intervenção inicial, o eminente gramático procura ainda – num ímpeto descritivista que, temporariamente, se sobrepõe ao seu normativismo – registrar de modo sistemático a grafia e a pronúncia das mesmas vogais, num esforço inovador de minuciosas *descrições articulatórias* dos fonemas, bem como suas respectivas *descrições gráficas*, motivo que teria levado um estudioso de sua obra, reconhecendo o pioneirismo dessas digressões ortográficas, a considerá-lo um “observador perspicaz, senhor de uma grande sensibilidade auditiva e capaz de descrever minuciosamente a articulação de todos os fonemas e respectivos símbolos gráficos” (PINTO, 1961).

Desse modo, Fernão de Oliveira propõe as seguintes explicações, no que tange à pronúncia das vogais:

1. *letra a* (pequeno/fechado): “a sua pronúnciação é com a boca mais aberta que das outras vogais e toda a boca igual”;
2. *letra α* (grande/aberto): “a pronúnciação é com a mesma forma da

boca, senão quando traz mais espírito”;

3. *letra e* (pequeno/fechado): “a sua voz não abre já tanto a boca e descobre mais os dentes”;
4. *letra ε* (grande/aberto): “não tem outra diferença da força do *e* pequeno, senão quando enforma mais o espírito”;
5. *letra i* (vogal): “pronuncia-se com os dentes quase fechados e os beiços assim abertos como no *e* e a língua apertada com as gengivas de baixo e o espírito lançado com mais ímpeto”;
6. *letra o* (pequeno/fechado): “sua pronúnciação faz isso mesmo: a boca redonda dentro e os beiços encolhidos em redondo”;
7. *letra ω* (grande/aberto): “tem a mesma pronúnciação com mais força e espírito”;
8. *letra u* (vogal): “[esta letra] aperta as queixadas e prega os beiços, não deixando entre eles mais do que só um canudo por onde sai um som escuro”.

Ressalte-se o emprego de formas referenciais marcadas pela visibilidade, presentes em suas descrições, como “beiços *assim* abertos”, “faz *isso mesmo*” ou “um som *escuro*”.

Já no que se refere à grafia das vogais, sua explicação afigura-se bastante insólita, sobretudo em função de seu empenho descritivista:

1. *letra a* (pequeno/fechado): “tem a figura de um ovo com um escudete diante e a ponta do escudo em baixo, cambada para cima”;
2. *letra α* (grande/aberto): “tem figura de dois ovos ou duas figuras de ovo, uma pegada com a outra, com um só escudo diante”;
3. *letra e* (pequeno/fechado): “tem figura de arco de besta com a polgueira de cima de todo em si dobrada, ainda que não amassada”;
4. *letra ε* (grande/aberto): “parece uma boca bem aberta com sua língua no meio”;
5. *letra i* (vogal): “sua figura é uma haste pequena, alevantada, com um ponto pequeno redondo em cima”;
6. *letra o* (pequeno/fechado): “[sua figura] é redonda toda por inteiro, como um arco de pipa”;

7. letra *o* (grande/aberto): “parece duas faces com um nariz pelo meio ou dois *oo* juntos ambos”;
8. letra *u* (vogal): “sua figura é duas hastes alevantadas direitas, mas em baixo são atadas com uma linha que sai de uma delas”.

É curioso perceber como, no discurso de Fernão de Oliveira, as referências para a descrição da grafia das letras seguem de perto a realidade cotidiana mais comum, revelando a intenção didática de sua gramática.

Em relação ao sistema consonantal, os achados são outros, mas igualmente marcados por inovações mais ou menos criativas. Primeiro, temos um quadro em que as consoantes são alocadas, a partir de uma perspectiva da pronúncia (aliás, para as consoantes, com exceção das letras *j* e *v*, o autor não expõe uma descrição gráfica, mas apenas fonológica), segundo uma categorização, *a priori*, em letras mudas, letras aspiradas e semivogais:

B	Letra muda
C	Letra muda
Ç	Letra muda
D	Letra muda
F	Letra muda
G	Letra muda
H	Letra muda
J	Letra muda
L	Semivogal
M	Letra muda
N	Letra muda
P	Letra muda
Q	Letra muda
R	Semivogal
RR	Letra muda
S	Semivogal
SS	Letra muda
T	Letra muda
V	<u>Letra muda</u>
X	Letra muda
Z	Semivogal
Y	Letra muda
Ch	Letra aspirada
Lh	Letra aspirada
Nh	Letra aspirada

Por conter a letra *h*, o quadro de Fernão de Oliveira possui vinte e

cinco consoantes, e, não, vinte e quatro como o autor tinha equivocadamente proposto antes. Esse quadro pode ser melhor explicitado a partir da exposições de alguns conceitos pertinentes aos fonemas consonantais, numa tentativa de resgate do discurso metalinguístico presente em sua gramática.

Com efeito, para Fernão de Oliveira as letras mudas receberiam essa denominação por não possuírem, em si mesmas, nenhuma voz, propriedade adquirida apenas no contato com uma vogal; já as semivogais – ao contrário daqueles conceitos que hoje em dia recebem semelhante denominação – seriam aquelas letras que, embora façam o papel de consoantes, quando em posição inicial ou medial no vocábulo, possuem voz independente quando em posição final (l, s, r, z); finalmente, as letras aspiradas seriam aquelas que, embora sem figura própria, adquirem vozes (quando ao lado de vogais) diferentes de outras semelhantes não aspiradas – em outros termos, são os chamados dígrafos, letras que representam um fonema aspirado a partir do acréscimo do *h* (ch, lh, nh).

Portanto, no que se refere à exposição acerca da pronúncia das consoantes, Fernão de Oliveira propõe as seguintes explicações:

1. *letra b*: “[pronuncia-se] entre os beiços apertados, lançando para fora o bafo com ímpeto e quase com baba”;
2. *letra c*: “pronuncia-se dobrando a língua sobre os dentes queixais, fazendo um certo lombo no meio dela diante do papo, quase chegando com esse lombo da língua ao céu da boca e impedindo o espírito, o qual por força faça apartar a língua e faces e quebre nos beiços com ímpeto”;
3. *letra ç*: “esta letra *c* com outro *c* debaixo de si virado para trás, nesta forma *ç*, tem a mesma pronúnciação que *z*, senão que aperta mais a língua nos dentes”;
4. *letra d*: “[sua pronúnciação] deita a língua dos dentes de cima com um pouco de espírito”;
5. *letra f*: “[sua pronúnciação] fecha os dentes de cima sobre o beiço de baixo”;
6. *letra g*: “[sua pronúnciação] é como a do *c*, com menos força de espírito”;
7. *letra h*: “se é letra consoante, como alguns quiseram e o traz Diomedes gramático, há mister própria força e se a tem ou não, ou se é

boa a pronunção que lhe dão alguns Latinos, eles o vejam. Nós, Portugueses, não lhe damos mais as vogais com que se mistura. E dizem os Latinos que se podem misturar com todas as vogais”;

8. *letra j* (i consoante): “a sua pronunção é semelhante à do *xi*, com menos força, e esta mesma virtude damos ao *g*, quando se segue depois dele *e* ou *i*, mas a mim me parece que com o *i* consoante o podemos escusar”;
9. *letra l*: “[sua pronunção] lambe as gengivas de cima com as costas da língua, achegando às bordas dela os dentes queixais”;
10. *letra m*: “[sua pronunção] muge entre os beiços apertados, apanhando para dentro”;
11. *letra n*: “[sua pronunção] tine (...) tocando com a ponta da língua as gengivas de cima”;
12. *letra p*: “a força ou virtude do *p* é a mesma que a do *b*, senão que traz mais espírito”;
13. *letra q*: “[apesar de Diomedes e Quintiliano considerarem essa letra sobeja], nós a havemos mister na nossa língua, assim para algumas dicções que de necessidade têm *u* líquido, como *quase*, *quando*, *quanto*, *qual*, e outras semelhantes, como também para quando se seguem *i* ou *e*, para tirar a dúvida que pode haver entre *c* e *ç*”;
14. *letra r* (singelo): “[pronuncia-se] com a língua pegada nos dentes queixais de cima, e sai o bafo tremendo na ponta da língua”;
15. *letra r* (dobrado) [rr]: “[sua pronunção é a mesma que a do *r* singelo, senão que este dobrado arranha mais as gengivas de cima”;
16. *letra s* (singelo): “é letra mimosa, e, quando a pronunciamos, levantamos a ponta da língua para o céu da boca e o espírito assobia pelas ilhargas da língua”;
17. *letra s* (dobrado) [ss]: “pronuncia-se como o outro, pregando mais a língua no céu da boca”;
18. *letra t*: “tem a mesma virtude do *d*, com mais espírito, todavia tira o *t* para fora”;
19. *letra v* (u consoante): “[sua força] é como a do *f*, mas com menos espírito”;
20. *letra x*: “pronuncia-se com as queixadas apertadas no meio da boca,

os dentes juntos, a língua ancha na boca e o espírito ferve na humildade da língua”;

21. *letra z*: “[sua pronúncia] zine entre os dentes cerrados, com a língua chegada a eles e os beiços apartados um do outro”;
22. *letra y*: “as mais das vezes, quando vem uma vogal logo atrás outra, nós, pronunciamos entre elas uma letra como em *meio, seio, moio, joio*, e outras muitas. A qual letra a mim me parece ser *y*, e não *i* vogal, porque ela não faz sílaba por si, nem tampouco *j* consoante na força que lhe nós demos, mas em outra quase semelhante àquela, muito enxuta e sem nenhuma mistura de cuspinho”.

As explicações, por sua vez, limitam-se ao número de vinte e duas consoantes, pois Fernão de Oliveira optou por não apresentar isoladamente a pronúncia das três letras aspiradas, já que as mesmas são pronunciadas como as correspondentes surdas (c, l, n), mas apenas com o acréscimo do sinal de aspiração, como o próprio autor já havia explicado anteriormente, quando de sua definição dos tipos de fonemas consonantais em português.

Algumas observações curiosas podem ser feitas acerca da exposição dos fonemas consonantais pelo gramático português. Em primeiro lugar, é interessante notar que, para Fernão de Oliveira, é errado escrever as letras *m* ou *n* no final das sílabas, já que no seu lugar deveria aparecer o til, marca de nasalização que os substituiria com melhor proveito. Além disso, o autor faz uma ressalva sobre a letra *k*, que foi suprimido de seu quadro de consoantes, pois, segundo ele, “não faz nada, nem eu vi nunca em escritura de Portugal esta letra *k* escrita” (OLIVEIRA, 1975, p. 50). Finalmente, procurando mais uma vez inovar em suas considerações ortográficas, Fernão de Oliveira propõe o uso da letra *q* apenas para os casos em que o *u* é pronunciado (quando, qual, quase), sendo desnecessário em *todos* os casos em que o *u* não for pronunciado, substituindo-se o *q* pela velar surda, mesmo antes de *e* e *i* (cadeira, ceixume, cina, começo); proposta semelhante é feita ainda em relação ao *j*, que o gramático português sugere que se substitua pelo *g*, antes de *e* ou *i*.

Mais curioso ainda é o fato de Fernão de Oliveira – num recurso mnemônico talvez inconsciente – procurar reproduzir os fonemas consonantais explicados por meio de palavras que tragam em si mesmas as letras referidas; trata-se, neste caso, de uma espécie rara de metalinguagem com *mise-en-abîme*, provocando um sagaz efeito de aliteração. É assim que, ao explicar a pronúncia da letra *b*, o autor emprega termos como

beijos, bafo, e baba; ao explicar a letra *d*, emprega *deita* e *dentes*; ao explicar o *f*, opta pelo verbo *fechar*; ao explicar o *l*, prefere o verbo *lamber*; para a letra *m*, escolhe o verbo *mugir*; para o *n*, escolhe *tine*, acompanhado de uma sequência de palavras que provoca um singular efeito de aliteração (*tocando, ponta, língua, gengivas*); para o *r* dobrado, escolhe o verbo *arranhar*; para explicar o *t*, usa os recursos fonológicos das palavras *virtude, todavia* e *tira*; para o *x*, emprega *queixada*; finalmente, para o *z*, usa *zine*.

Assim, coube a Fernão de Oliveira a tarefa de estabelecer, pela primeira vez, um sistema ortográfico para o português, uma vez que “ao lado do propósito de se respeitar a origem latina da língua, percebia-se a existência de traços especiais da fonologia portuguesa, que requeriam um tratamento diferenciado, [pautando-se pelo] princípio da simplificação ortográfica, não querendo admitir que um fonema fosse representado de duas ou mais maneiras diferentes ou que um único símbolo pudesse valer para fonemas distintos” (MONTEIRO, 1998. Cf. tb. BUESCU, 1984). Discussões acerca da simplificação ortográfica, aliás, não era incomum na época, fato já presente em Quintiliano, mas que se torna objeto de acirrados debates durante o Renascimento europeu (Consultar KIBBEE, 1990), o que não causa surpresas numa época em que – sobretudo no que se refere ao português – se vivia uma situação de evidente caos ortográfico, havendo necessidade de uma sistematização que, aliás, já começa a se formar desde pelo menos o século XIII.⁷

Espécie de fundador da filologia portuguesa – já que, como salientou Rebelo Gonçalves, antes dos gramáticos portugueses não se pode dizer que houvesse filólogos no sentido rigoroso da palavra (Cf. GONÇALVES, 1936) –, Fernão de Oliveira pode ser considerado também, como sugerimos, um de nossos primeiros ortógrafos e foneticistas, devido à maestria de suas exposições acerca da pronúncia e grafia dos fonemas do português e devido à tentativa de sistematização de seu uso, o que o colocava, logo de início, no centro da disputa entre as tendências normativistas e descritivistas dos estudos linguísticos.

Curiosamente, apesar de adiantar alguns fatos da ortografia da língua portuguesa que apareceriam bem depois, como na célebre *Ortografia Nacional* (1904) de Gonçalves Viana (Cf. AGUIAR, 1984), Fer-

⁷ Para a questão do caos ortográfico na época e sua sistematização desde o século XIII, consultar Toledo Neto (1995 e 1999) e Fonseca (1985).

não de Oliveira revela plena consciência da importância do hábito e de sua incidência sobre a consolidação e uso da ortografia portuguesa, transformando-o, em muitos sentidos, em verdadeiro princípio norteador de suas considerações, apesar de suas propostas de simplificação ortográfica e de adoção de uma ortografia mais fonêmica do que etimológica. Seguindo de perto, nesta matéria, as propostas de Quintiliano – crítico dos exageros ortográficos que propugnava pela simplificação –, o gramático português vê, portanto, no *costume*, um imperativo contra a qual seria praticamente impossível lutar.

Não obstante, propõe uma série de regras que, a rigor, insere-se numa clara tendência ao normativismo gramatical, já bastante em voga desde Donato e sua *Ars Maior*. Definindo a gramática como a “arte que ensina a bem ler e falar”, Fernão de Oliveira (1975, p. 43) emprega uma série de exemplos que, em conjunto, podem ser tomados como modelos de um uso exemplar da língua, marca acentuada de seu normativismo gramatical.⁸ Trata-se de uma evidente intenção pedagógica, a qual serviria até mesmo como referência para o ensino do português no Brasil. (Cf. CASAGRANDE; BASTOS, 2002, p. 53-62)

Apesar dessa preocupação pedagógica, que via no projeto de se ensinar o bem falar uma necessidade, não podemos nos esquecer da importância que a sistematização gráfica adquire nesse período de franco desenvolvimento da imprensa escrita, o que, fatalmente, determinaria o aparecimento de teorias voltadas, exclusivamente ou não, para a reforma da ortografia. Como já sugeriu Roger Chartier, “o papel dos editores de texto e dos revisores na sistematização gráfica e ortográfica das línguas vernaculares foi muito mais determinante do que as proposições de reforma ortográfica feitas por certos escritores que queriam impor uma ‘escritura oral’, completamente governada pela pronúncia”.⁹

Este, como outros fatos, não desmerece o trabalho de Fernão de Oliveira como ortógrafo da língua portuguesa. Antes, faz avultar ainda mais a ousadia e a originalidade daquele que, com incontestável razão,

⁸ O emprego dos exemplos na gramática de Fernão de Oliveira foi estudado por Leite (2001, p. 289-309). Para Maria Helena Moura Neves, o uso de exemplos constitui “a marca mais evidente do caráter normativo dos manuais tradicionais de gramática” (MOURA NEVES, 2002, p. 43-52). Uma perspectiva divergente, já que considera a gramática de Fernão de Oliveira “mais descritiva do que propriamente normativa”, pode ser encontrada em Bastos (1981).

⁹ CHARTIER (2002, p. 28). A mesma opinião é compartilhada por BUESCU (1983, p. 72 *et passim*; e 1984, p. 32 *et passim*).

pode ser considerado o primeiro grande pensador da língua portuguesa no contexto da cultura europeia renascentista.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Gentil de. Ortografia portuguesa e etimologia. *Estudos Leopoldenses*. São Leopoldo: Unisinos, vol. 21, N^{os} 79-80, 1984.

AUROUX, Sylvain. *A revolução tecnológica da gramatização*. Campinas: Unicamp, 1992.

BASTOS, Neusa Maria Oliveira Barbosa. *Contribuição à história da gramática portuguesa. O século XVI*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica, 1981.

BATISTA, Ronaldo de Oliveira. Nossa língua e essoutras: O tratamento da diversidade linguística em Fernão de Oliveira. In: IMAGUIRE, Lúgia; ALTMAN, Cristina (Orgs.). *As línguas do Brasil: tipos, variedades regionais e modalidades discursivas*. São Paulo: Humanitas, 2002, p. 53-61.

BUESCU, Maria Leonor Carvalhão. A língua portuguesa, mãe e não madrasta. Uma busca equívoca, mas eficaz: a gramática universal. In: BASTOS, Neusa Barbosa (Org.). *Língua portuguesa. História, perspectivas, ensino*. São Paulo: Educ, 1998, p. 15-31.

_____. *Babel ou a ruptura do signo. A gramática e os gramáticos portugueses do século XVI*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1983.

_____. *Historiografia da língua portuguesa. Século XVI*. Lisboa: Sá da Costa, 1984.

BURKE, Peter. *A arte da conversação*. São Paulo: Unesp, 1995.

BURNEY, Pierre. *L'orthographe*. Paris: Presses Universitaires, 1962.

CARVALHO, Joaquim Barradas. *O renascimento português: em busca de sua especificidade*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1980.

CASAGRANDE, Nancy dos Santos; BASTOS, Neusa Barbosa. Ensino de língua portuguesa e políticas linguísticas: séculos XVI e XVII. In: BASTOS, Neusa Barbosa. *Língua portuguesa. Uma visão em mosaico*. São Paulo: Educ, 2002, p. 53-62.

CHARTIER, Roger. *Do palco à página: publicar teatro e ler romances na época moderna (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002, p. 28.

D'AZEVEDO, Pedro A. A respeito da antiga orthographia portuguesa. *Revista Lusitana. Arquivo de Estudos Filológicos e Ethnológicos relativos a Portugal*. Lisboa: Antiga Casa Bertrand, vol. V, 1897-1899, p. 261-268.

ESTRELA, Edite. *A questão ortográfica*. Reforma e acordos da língua portuguesa. Lisboa: Editorial Notícias, s.d.

FÁVERO, Leonor Lopes. *As concepções linguísticas no século XVIII. A gramática portuguesa*. Campinas: Unicamp, 1996.

_____. História das ideias linguísticas: gramáticos e ortógrafos portugueses dos séculos XVI e XVII. *Filologia e Linguística Portuguesa*. São Paulo: Humanitas, nº 01, p. 95-105, 1997.

FONSECA, Fernando V. Peixoto da. Remarques sur l'orthographe de l'ancien portugais. *Revue de Linguistique Romane*. Strasbourg: Société de Linguistique Romane, tome 49, n^{es} 193/194, p. 183-187, jui. 1985.

GONÇALVES, F. Rebelo. História da filologia portuguesa. *Boletim de Filologia*. Lisboa: Centro de Estudos Filológicos, tomo IV, fasc. 1/2, p. 1-13, 1936.

HOUAISS, Antônio. *A nova ortografia da língua portuguesa*. São Paulo: Ática, 1991.

KIBBEE, Douglas. French Grammarians and Grammars of French in the 16th Century. In: NIEDEREHE, H.-J.; KOERNER, K. *History and Historiography of Linguistics. Studies in the History of the Language Sciences*. Amsterdam/Philadelphia: John Behjamins, vol. 51, p. 301-314, 1990.

LEITE, Marli Quadros. O discurso dos exemplos nas gramáticas portuguesas do século XVI. In: URBANO, Hudinilson *et alii*. *Dino Preti e seus temas: oralidade, literatura, mídia e ensino*. São Paulo: Cortez, 2001, p. 289-309.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *Contradições no ensino de português*. São Paulo: Contexto, 1997.

_____. *Tradição gramatical e gramática tradicional*. São Paulo: Contexto, 2000.

MONTEIRO, José Lemos. As ideias linguísticas de Fernão de Oliveira. *Confluência*. Rio de Janeiro, nº 15, p. 98-116, 1998.

MOURA NEVES, Maria Helena de. Heranças: a gramática. In: BASTOS, Neusa Barbosa. *Língua portuguesa. Uma visão em mosaico*. São Paulo: Educ, 2002, p. 43-52.

OLIVEIRA, Fernão de. *A gramática da linguagem portuguesa*. Org. por Maria Leonor Carvalhão Buescu. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1975.

PINTO, Rolando Morel. Gramáticos portugueses do renascimento. *Revista de Letras*. Assis, vol. 02, p. 123-145, 1961.

SCHLIEBEN-LANGE, Brigitte. O multilinguismo como tema da linguística na Península Ibérica no século XVI. In: _____. *História do falar e história da linguística*. São Paulo: Unicamp, 1993, p. 201-216.

SILVA, Maurício. Reforma ortográfica e nacionalismo linguístico no Brasil: uma abordagem histórico-discursiva. *Letras*, Campinas: Pontifícia Universidade Católica de Campinas, vol. 20, nº 1/2, p. 99-122, dez. 2001.

STEFANINI, Jean. *Histoire de la grammaire*. Paris: CNRS, 1994.

TOLEDO NETO, Sílvio de Almeida. Aspectos da variação gráfica no português arcaico: as variantes consonantais no *Livro de José de Arimateia* (Cod. ANTT 643). In: RODRIGUES, Ângela C. S. et alii (Orgs.). *I Seminário de Filologia e Língua Portuguesa*. São Paulo: Humanitas, 1999, p. 55-63.

_____. Relação grafema/fonema no português antigo. *Estudos Linguísticos. Anais do Seminário do Gel*. São Paulo, nº 24, p. 636-642, 1995.

VASCONCELOS, Frazão de. Ortografistas portugueses dos séculos XVI a XVIII. *Separata da "Língua Portuguesa"*. Lisboa, vol. III, fasc. VIII, p. 01-08, 1933.